

PROGRAMA DE CONCURSO

Tipo de Procedimento | Concurso Público

CCP – CÓDIGO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Objeto do Contrato | Fornecimento de refeições e lanches confeccionadas e transportadas em refeitórios escolares dos Estabelecimentos de Ensino do Município de Seia

- 2025 -

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º | Designação e consulta do procedimento

O presente procedimento destina-se ao **“Fornecimento de refeições e lanches confeccionadas e transportadas em refeitórios escolares dos Estabelecimentos de Ensino do Município de Seia”**. As peças do procedimento estão disponíveis no Serviço de Contratação Pública do Município de Seia, para consulta dos interessados, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas e encontram-se disponíveis de forma gratuita na Plataforma Eletrónica www.acingov.pt.

Artigo 2.º | Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é o Município de Seia, com sede no edifício dos Paços do Concelho no Largo Dr. António Borges Pires, 6270-494 Seia - Contactos: tel. 238 310 230, Fax: 238 310 232 e Correio Eletrónico: cm-seia@cm-seia.pt.

Artigo 3.º | Órgão que tomou a decisão de contratar

O Órgão que tomou a decisão de contratar foi o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Seia, por Despacho de 27 de maio de 2025.

Artigo 4.º | Tipo de procedimento

O procedimento adotado é um concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º 1, do Artigo 20.º do CCP anexo ao D.L. N.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

Artigo 5.º | Esclarecimentos, retificações e alteração das peças procedimentais

1 - No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

2 – Para efeitos do presente Código consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
- d) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.

3 – A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões do Caderno de Encargos detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do número anterior e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.

4 – Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou até ao prazo fixado no programa de concurso:

a) O órgão competente para a decisão de contratar, deve prestar os esclarecimentos solicitados;

b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

5 – O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto na alínea b) do número anterior.

6 – Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 5, ou até ao final do prazo de entrega de candidaturas ou propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º.

7 – Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.

8 – Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 6.º | Caução

1 – Para garantir o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, caso aplicável, será exigida ao adjudicatário a prestação de uma caução no valor de 5% do montante total do preço contratual.

2 – Quando o preço total resultante da proposta adjudicada seja considerado anormalmente baixo, o valor da caução a prestar pelo adjudicatário será de 10% do preço contratual.

3 – A caução será prestada no prazo de 10 dias a contar da data da notificação de adjudicação, e comprovando essa prestação junto da entidade adjudicante no dia imediatamente subsequente.

4 – A caução é prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro – caução, de acordo com o estipulado na legislação em vigor.

PROPOSTAS

Artigo 7.º | Documentos da proposta

1 - A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua intenção de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.

2 - A proposta é constituída pelos seguintes documentos:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública, referido no n.º 6 do artigo 57º do CCP, na sua atual redação, a disponibilizar por parte da entidade adjudicante na plataforma eletrónica;
- b) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar;
- c) Lista de preços unitários por Lote e preço global do serviço objeto do contrato, que não devem incluir o IVA;
- d) Documentos que contenham os termos ou condições, relativos a aspetos da execução do contrato, não submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule;
- e) Condições de pagamento;
- f) Validade da proposta, se esta for superior ao prazo da obrigação de manutenção das propostas previsto no do Código dos Contratos Públicos, ou seja, 90 dias;
- g) Nota justificativa do preço proposto, discriminando os custos com os meios humanos e materiais e matéria-prima alimentar;
- h) Indicação das medidas adotadas pelo concorrente para garantir a qualidade do serviço, nomeadamente o Sistema de Gestão de Higiene e Segurança Alimentar, segundo a metodologia Hazard Analysis Critical Control Point (HACCP), o controlo analítico laboratorial (físico, químico e biológico) e a sua periodicidade, bem como a política de rastreabilidade;
- i) Plano de sustentabilidade ambiental das refeições escolares;
- j) Declaração de compromisso de utilização de produtos com origem no concelho de Seia;
- k) Declaração de compromisso de utilização de produtos com origem na área das NUT III Beiras e Serra da Estrela;
- l) Declaração de compromisso de utilização de produtos detentores de certificação (Modo de Produção Biológica, Denominação de Origem Protegida ou Indicação Geográfica Protegida);
- m) Declaração de compromisso de utilização de produtos provenientes de produção em modo biológico;
- n) Declaração de compromisso do cumprimento das ementas que são definidas no plano de ementas Anexo A.

3 - Integram também a proposta, quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis na apresentação da sua proposta.

4 - Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos referidos no n.º 2, designadamente na alínea a), devem ser assinadas pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

Artigo 8.º | Idioma dos documentos da proposta

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

Artigo 9.º | Propostas variantes

1 - Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

2 - Para efeitos do presente procedimento, proposta variante é aquela que, relativamente a um ou a mais aspetos da execução do contrato a celebrar contenham atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas em relação à proposta base.

Artigo 10.º | **Prazo para apresentação e abertura das propostas**

1 - As propostas serão entregues até às **23:59 horas do 32.º dia** a contar da data de envio do Anúncio ao Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia para publicação, pelos concorrentes ou seus representantes por via plataforma eletrónica www.acingov.pt.

2 - A abertura das propostas realizar-se-á pelas 09h00, do primeiro dia útil seguinte ao termo do prazo de entrega de propostas.

Artigo 11.º | **Visitas aos locais da prestação**

Durante o prazo do concurso, os interessados poderão inspecionar, mediante aviso prévio à entidade adjudicante, os locais de execução da prestação dos serviços e efetuar o reconhecimento que entenderem indispensável à elaboração das propostas.

Artigo 12.º | **Prorrogação do prazo fixado para apresentação da proposta**

1 – Quando as retificações ou os esclarecimentos previstos no artigo 5.º sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.

2 – Quando as retificações ou a aceitação de erros ou de omissões das peças do procedimento referidas no artigo 5.º, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.

3 – A pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha adquirido as peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.

4 – As decisões de prorrogação nos termos do disposto nos números anteriores cabem ao órgão competente para a decisão de contratar e devem ser juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido.

Artigo 13.º | **Negociação da proposta**

A proposta não é objeto de negociação.

Artigo 14.º | **Preço ou custo anormalmente baixo**

Consideram-se propostas com um “preço ou custo anormalmente baixo” as que apresentem desvios superiores a 15% em relação ao preço base definido para o presente procedimento. Esta percentagem resulta da consulta ao mercado efetuada recentemente.

Serão excluídas as propostas com “preço ou custo anormalmente baixo”, nas condições referidas no número anterior, exceto se merecerem uma ponderação diferente em face da avaliação dos esclarecimentos a solicitar ao(s) concorrente(s), nos termos do n.º 3, do artigo 71.º do CCP e relativamente aos fatores referidos nas alíneas a) a g) do n.º 4, do mesmo artigo do CCP.

Artigo 15.º | Critérios de adjudicação

A adjudicação será feita à proposta economicamente mais vantajosa, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 74º do CCP, ponderados os seguintes fatores:

1) Preço (P) – 60%, tendo em consideração os seguintes subfatores:

Subfator 1.1: Preço unitário proposto para as refeições dos alunos, com ponderação de 54 %;

Subfator 1.2: Preço unitário proposto para as refeições dos professores, com ponderação de 1,2%;

Subfator 1.3: Preço unitário proposto para fornecimento de Lanches, com ponderação de 4,8%

2) Controlo Analítico Laboratorial - físico, químico e biológico (CAL) – 18%;

3) Plano de Sustentabilidade Ambiental (PSA) – 5%;

4) Consumo Sustentável de Produção Local (CSPL) – 17%, tendo em consideração os seguintes subfatores:

Subfator 4.1: Origem e impacto ambiental medido pela proximidade da origem dos produtos alimentares, com ponderação de 8%;

Subfator 4.2: Qualidade, medida pela inclusão de produtos alimentares detentores de certificação (Modo de Produção Biológica, Denominação de Origem Protegida ou Indicação Geográfica Protegida) com ponderação de 6%;

Subfator 4.3: Qualidade, medida pela inclusão de produtos provenientes de explorações com Estatuto de Agricultura Familiar com ponderação de 3%.

Fator 1

Preço (P)

A avaliação deste fator será efetuada de acordo com as seguintes tabelas de pontuações:

Preço	Pontuação (F1.1)
< = a 2,52 €	100 pontos
2,53 € a 2,55 €	98 pontos
2,56 € a 2,58 €	96 pontos
2,59 € a 2,61 €	94 pontos
2,62 € a 2,64 €	92 pontos
2,65 € a 2,67 €	90 pontos
2,68 € a 2,70 €	88 pontos
2,71 € a 2,73 €	86 pontos
2,74 € a 2,76 €	84 pontos
2,77 € a 2,79 €	82 pontos
2,80 € a 2,82 €	80 pontos
2,83 € a 2,85 €	78 pontos
2,86 € a 2,88 €	76 pontos
2,89 € a 2,91 €	74 pontos
2,92 € a 2,94 €	72 pontos
2,95 € a 2,97 €	70 pontos
2,98 € a 3,00 €	68 pontos

3,01 € a 3,03 €	66 pontos
3,04 € a 3,06 €	64 pontos
3,07 € a 3,09 €	62 pontos
= 3,10 €	60 pontos

Preço	Pontuação (F1.2)
< = a 3,61 €	100 pontos
3,62 € a 3,63 €	98 pontos
3,64 € a 3,65 €	96 pontos
3,66 € a 3,67 €	94 pontos
3,68 € a 3,69 €	92 pontos
3,70 € a 3,71 €	90 pontos
3,72 € a 3,73 €	88 pontos
3,74 € a 3,75 €	86 pontos
3,76 € a 3,77 €	84 pontos
3,78 € a 3,79 €	82 pontos
3,80 € a 3,81 €	80 pontos
3,82 € a 3,83 €	78 pontos
3,84 € a 3,85 €	76 pontos
3,86 € a 3,87 €	74 pontos
3,88 € a 3,89 €	72 pontos
3,90 € a 3,91 €	70 pontos
3,92 € a 3,93 €	68 pontos
3,94 € a 3,95 €	66 pontos
3,96 € a 3,97 €	64 pontos
3,98 € a 3,99 €	62 pontos
= 4,00 €	60 pontos

Preço	Pontuação (F1.3)
< = 0,30 €	100 pontos
0,31 €	98 pontos
0,32 €	96 pontos
0,33 €	94 pontos
0,34 €	92 pontos
0,35 €	90 pontos
0,36 €	88 pontos
0,37 €	86 pontos
0,38 €	84 pontos
0,39 €	82 pontos
0,40 €	80 pontos
0,41 €	78 pontos
0,42 €	76 pontos
0,43 €	74 pontos
0,44 €	72 pontos
0,45 €	70 pontos
0,46 €	68 pontos

0,47 €	66 pontos
0,48 €	64 pontos
0,49 €	62 pontos
= 0,5 €	60 pontos

Fator 2

Controlo Analítico Laboratorial - físico, químico e biológico (CAL)

Periodicidade do Controlo Analítico Laboratorial - físico, químico e biológico, em que será atribuída a seguinte pontuação:

Mensal: **100 pontos**

Bimestral: **50 pontos**

Trimestral: **10 pontos**

Fator 3

Plano de Sustentabilidade Ambiental (PSA)

O plano será avaliado segundo o número de medidas relevantes a adotar na área da sustentabilidade (excluindo as questões da distância da origem dos produtos alimentares avaliadas no subfator 4.1), assim ponderadas:

- a. A proposta não apresenta plano de sustentabilidade ambiental: **0 pontos**
- b. Até 3 medidas relevantes para a sustentabilidade das refeições escolares: **50 pontos**
- c. Entre 4 a 6 medidas relevantes para a sustentabilidade das refeições escolares: **75 pontos**
- d. 7 ou mais medidas relevantes para a sustentabilidade das refeições escolares: **100 pontos**

Fator 4

Consumo Sustentável de Produção Local (CSPL)

Subfator 4.1: Origem e impacto ambiental medido pela proximidade da origem dos produtos alimentares ao local de consumo

Aferido pelo número de produtos com origem no concelho de Seia e na área das NUT III Beiras e Serra da Estrela, tendo em conta a média ponderada obtida a partir dos seguintes dois subfatores:

4.1.1: Produtos com origem no concelho de Seia:

- a. A proposta não apresenta qualquer compromisso nesta matéria: **0 pontos**
- b. A proposta apresenta o compromisso de fornecer um mínimo de 1 produto com origem no concelho de Seia por semana: **50 pontos**
- c. A proposta apresenta o compromisso de fornecer um mínimo de 2 produtos com origem no concelho de Seia por semana: **75 pontos**
- d. A proposta apresenta o compromisso de fornecer um mínimo de 3 produtos com origem no concelho de Seia por semana: **100 pontos**

4.1.2: Produtos com origem na área das NUT III Beiras e Serra da Estrela (excluindo os produtos fornecidos com origem no concelho de Seia):

- a. A proposta não apresenta qualquer compromisso nesta matéria: **0 pontos**
- b. A proposta apresenta o compromisso de fornecer um mínimo de 2 produtos com origem na área das NUT III Beiras e Serra da Estrela: **50 pontos**
- c. A proposta apresenta o compromisso de fornecer um mínimo de 4 produtos com origem na área das NUT III Beiras e Serra da Estrela por semana: **75 pontos**
- d. A proposta apresenta o compromisso de fornecer um mínimo de 6 produtos com origem na área das NUT III Beiras e Serra da Estrela por semana: **100 pontos**

Subfator 4.2: Qualidade, medida pela inclusão de produtos alimentares detentores de certificação (Modo de Produção Biológica, Denominação de Origem Protegida ou Indicação Geográfica Protegida):

- a. Não apresenta qualquer compromisso nesta matéria: **0 pontos**
- b. A proposta apresenta o compromisso de fornecer um mínimo inferior a três produtos alimentares (fruta, hortícolas, leguminosas, arroz e/ou ovos) com certificação MPB, DOP ou IGP por semana: **50 pontos**
- c. A proposta apresenta o compromisso de fornecer, no mínimo, três produtos alimentares (fruta, hortícolas, leguminosas, arroz e/ou ovos) com certificação MPB, DOP ou IGP, por semana: **75 pontos**
- d. A proposta apresenta o compromisso de fornecer, no mínimo, um produto alimentar (fruta, hortícolas, leguminosas, arroz e/ou ovos) com certificação MPB, DOP ou IGP, por dia: **100 pontos**

Subfator 4.3: Qualidade, medida pela inclusão de produtos provenientes de produção em modo biológico:

- a. Não apresenta qualquer compromisso nesta matéria: **0 pontos**
- b. A proposta apresenta o compromisso de fornecer um mínimo de um produto alimentar proveniente de produção em modo biológico por semana: **50 pontos**
- c. A proposta apresenta o compromisso de fornecer um mínimo de dois produtos alimentares provenientes de produção em modo biológico por semana: **75 pontos**
- d. A proposta apresenta o compromisso de fornecer um mínimo de três produtos alimentares provenientes de produção em modo biológico por semana: **100 pontos**

A proposta economicamente mais vantajosa corresponde à proposta que obtiver melhor pontuação final (**PF**), arredondada até às centésimas, resultante da seguinte fórmula:

$$PF = (F1.1*54\% + F1.2*1,2\% + F1.3*4,8\%) + (F2*18\%) + (F3*5\%) + (F4.1.1*4\% + F4.1.2*4\% + F4.2*6\% + F4.3*3\%)$$

Onde,

PF: Pontuação final atribuída a cada concorrente

Caso, se verifiquem situações de empate, o critério de desempate das propostas será o preço unitário mais baixo apresentado para as refeições dos alunos (subfator 1.1). Caso o empate persista o critério de desempate a aplicar será o sorteio.

Artigo 16.º | **Esclarecimentos e suprimentos das propostas**

- 1 - O Júri pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeitos de análise e da avaliação das mesmas.
- 2 – Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a), do n.º 2 do artigo 70º.
- 3 – O Júri deve solicitar aos candidatos e concorrentes que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas e candidaturas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, incluindo a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta ou candidatura, e desde que tal suprimento não afete a concorrência e a igualdade de tratamento.
- 4 – O Júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas candidaturas ou propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
- 5 – Os pedidos do Júri formulados nos termos dos n.ºs 1 e 3, bem como as respetivas respostas, devem ser disponibilizados em plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, devendo todos os candidatos e concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

Artigo 17.º | **Prazo de obrigação de manutenção das propostas**

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 90 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

ANÁLISE DAS PROPOSTAS

Artigo 18.º | **Relatório preliminar**

- 1 - Após a análise das propostas, o Júri elabora fundamentadamente um Relatório Preliminar, no qual deve propor a ordenação das mesmas, com base no critério de adjudicação definido no presente Programa do Procedimento.
- 2 - No Relatório Preliminar a que se refere o número anterior deve o Júri também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas ao abrigo do n.º 2, do Artigo 146.º do CCP.
- 3 - Do Relatório Preliminar deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos do artigo 72.º.

Artigo 19.º | **Audiência prévia**

Elaborado o Relatório Preliminar referido na cláusula anterior, o Júri envia-o a todos os concorrentes, fixando-lhes um prazo, de 5 dias, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

Artigo 20.º | **Relatório final**

1 - Cumprido o prazo de audiência prévia, o júri elabora um Relatório Final fundamentado, no qual analisa as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do Relatório Preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previsto no n.º 2, do Artigo 146.º, do CCP.

2 - No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do Relatório Final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do Relatório Preliminar, o Júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.

3 - O Relatório Final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de procedimento, é enviado ao Órgão competente para a decisão de contratar.

4 - Cabe ao Órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no Relatório Final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

5 – As notificações referidas nos números anteriores serão acompanhadas do Projeto de Decisão de adjudicação.

ADJUDICAÇÃO

Artigo 21.º | **Adjudicação por lotes**

1 – A adjudicação será feita por lotes (1 e 2), de acordo com o artigo 46º-A do CCP.

2 – A adjudicação dos lotes 1 e 2 é efetuada depois de aplicado o critério de adjudicação previsto no artigo 15º do Programa de Procedimento.

3 – Pode existir uma decisão de adjudicação para cada lote, podendo tais decisões ocorrer em momentos distintos, nos termos do artigo 73.º do CCP.

Artigo 22.º | **Notificação da decisão de adjudicação**

1 - O Órgão competente para a decisão de contratar deve tomar a decisão de adjudicação.

2 - O concorrente deve ser notificado da decisão de adjudicação até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas.

3 - Por motivo devidamente justificado, a decisão de adjudicação pode ser tomada e notificada ao concorrente após o termo do prazo referido no número anterior, sem prejuízo do direito de recusa da adjudicação pelo concorrente cuja proposta foi a escolhida.

4 - Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o Órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para:

- Apresentar os documentos de habilitação exigidos no presente Programa do Procedimento;
- Prestar caução, se esta for devida, indicando expressamente o seu valor;
- Se pronunciar sobre a Minuta do Contrato (*se aplicável*).

Artigo 23.º | Causas da não adjudicação

1 - Não há lugar a adjudicação quando:

- a) Nenhum concorrente tenha apresentado proposta;
- b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
- c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento;
- d) Circunstâncias supervenientes, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem.

2 - A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.

3 - No caso da alínea c), do n.º 1, é obrigatório dar início a um novo procedimento no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da decisão de não adjudicação.

4 - Quando o Órgão competente para a decisão de contratar decida não adjudicar com fundamento no disposto nas alíneas c) e d), do n.º 1, a entidade adjudicante deve indemnizar os concorrentes, cujas propostas não tenham sido excluídas, pelos encargos em que comprovadamente incorreram com a elaboração das respetivas propostas.

HABILITAÇÃO

Artigo 24.º | Documentos de habilitação

1 - O adjudicatário deve entregar, no prazo de 5 dias, a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II, ao Código dos Contratos Públicos;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra em nenhuma das situações previstas nas alíneas b), d), e) e h), do n.º 1, do Artigo 55.º do CCP;
- c) Documento Comprovativo do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), conforme a Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto e Portaria n.º 233/2018, de 21 de agosto, ou respetivo código de acesso;
- d) Documento comprovativo da implementação do sistema de segurança alimentar (HACCP), emitido por entidade credenciada ou, na falta deste, apresentação do respetivo manual, acompanhado de documentos probatórios daquela implementação, nomeadamente, os referentes ao sistema de rastreabilidade, formação de pessoal e de todos os registos associados;
- e) No caso da plataforma eletrónica utilizada pelo Município de Seia se encontrar indisponível devem os documentos de habilitação serem enviados para: **contratacao@cm-seia.pt** ou pelo fax: **238 310 244**;

- f) O prazo a conceder pela entidade adjudicante para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no Artigo 86.º, será de **2 dias úteis**;
- g) Quando os documentos a apresentar se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta desde que o referido sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

2 - Documentos destinados à elaboração do Contrato:

- Documentos de identificação do(s) representante(s) legal(s) da empresa;
- Certidão Permanente do registo Comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções.

Artigo 25.º | Modo de apresentação dos documentos

- 1 - O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação referidos no Artigo 81.º do CCP e de acordo com n.º 1, do Artigo 5.º, da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, por via plataforma eletrónica, no portal www.acingov.pt.
- 2 - Quando os documentos a que se referem a alínea b), do n.º 1, do Artigo 81.º, se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
- 3 - Quando o adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos da lei, para que a entidade adjudicante consulte a informação relativa a qualquer dos documentos referidos na alínea b), do n.º 1 ou no n.º 2, do Artigo 81.º, é dispensada a sua apresentação nos termos do n.º 1, ou a indicação prevista no número anterior.
- 4 - O Órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no n.º 1, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no Artigo 86.º.

Artigo 26.º | Idioma dos documentos

- 1 – Nos termos n.º 1, do Artigo 5.º, da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.
- 2 - Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

Artigo 27.º | Não apresentação dos documentos de habilitação

- 1 - A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação dentro do prazo e nos termos da cláusula anterior.
- 2 - Quando as situações previstas no número anterior se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, a entidade adjudicante deve conceder-lhe, em função das razões

invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

3 - Nos casos previstos nos números anteriores, a entidade adjudicante deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Artigo 28.º | Aceitação da minuta do contrato

1 - A minuta do contrato é enviada, para aceitação, ao adjudicatário, simultaneamente com a notificação da decisão de adjudicação.

2 - A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.

Artigo 29.º | Reclamações contra a minuta

1 - São admissíveis reclamações contra a minuta quando dela constem obrigações que contrariem, ou não se encontrem contidas na proposta ou nos documentos que integrem o contrato nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do Artigo 96.º do CPP, ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.

2 - Em caso de reclamação, a entidade que aprova a minuta comunica ao adjudicatário, no prazo de 10 dias úteis, o que houver decidido sobre a mesma, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

Artigo 30.º | Celebração de contrato escrito

1 - A outorga do contrato deverá ter lugar no prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta do contrato ou da decisão sobre a reclamação da mesma.

2 - No caso de assinatura presencial do contrato, a data, a hora e o local em que ocorrerá a respetiva outorga, com a antecedência mínima de cinco dias.

3 - No caso de assinatura por meios eletrónicos, o prazo para a outorga e remessa do contrato, não podendo em caso algum esse prazo ser inferior a três dias.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 31.º | Legislação aplicável

Em tudo o omissa no presente Programa de Procedimento, observar-se-á o disposto no CCP aprovado em anexo ao D.L. N.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação atual e restante legislação aplicável.

Seia, 27 de maio de 2025



O Presidente da Câmara

António Luciano da Silva Ribeiro

Anexo II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a), do n.º 1, do Artigo 81º]

1 - (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos:

2 – O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i), do Artigo 55º, do Código dos Contratos Públicos.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do Artigo 456º, do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

.....(local),(data),[assinatura ⁽¹¹⁾]

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”.

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”

(5) Nos termos do disposto nos n.º 4 e 5, do Artigo

ANEXO III
Guia de Depósito bancário

Euros _____ €

Vai _____ (nome do adjudicatário), com sede em _____ (morada), depositar na _____ (sede, filial, agência ou delegação) do Banco _____ a quantia de _____ (por algarismos e por extenso) em dinheiro/em títulos _____ (eliminar o que não interessar), como caução exigida para _____ (identificação do procedimento), nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem de _____ (entidade adjudicante), a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

ANEXO IV
Garantia Bancária/Seguro Caução

Garantia bancária/seguro de caução n.º _____

Em nome e a pedido de _____ (adjudicatário), vem o(a) _____ (instituição garante), pelo presente documento, prestar, a favor de _____ (entidade adjudicante beneficiária), uma garantia bancária/seguro-caução (eliminar o que não interessar), até ao montante de _____ (por algarismos e por extenso), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do _____ (identificação do procedimento), nos termos dos n.ºs 6 e 8/7 e 8 (eliminar o que não interessar) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 5% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (eliminar o que não interessar) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objecções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]